

Docência e Políticas na Educação Superior¹

Evandro Consalter*

A discussão sobre docência e políticas educacionais na educação, principalmente no contexto da expansão dessa modalidade de ensino, revela-se de extrema importância para a compreensão das raízes epistemológicas e das interfaces presentes na aplicabilidade das políticas governamentais. Além disso, constituem-se como importantes marcos para o avanço na qualidade da educação superior. Essas são algumas das premissas que perpassam a obra intitulada *Docência e Políticas na Educação Superior*, uma coletânea organizada pelas professoras Gionara Tauchen e Daniele Simões Borges, pesquisadoras da Rede de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (Repes), e publicada pela editora CRV, no ano de 2014.

De modo global, a obra discute a problemática da docência universitária e as políticas que orientam a educação superior no país. Num contexto de crescente expansão desse nível de ensino, é de grande relevância que se faça uma abordagem acerca das premissas que orientam essas políticas de expansão. Com a crescente democratização do acesso, a partir de programas de financiamento estudantil e de programas de bolsas e cotas, ocorrem profundas mudanças não apenas na estrutura do ensino universitário, mas também no sentido social da universidade.

De um ambiente seletivo, em que poucos ou uma minoria privilegiada da sociedade tinha acesso, passa-se a almejar a universidade como um direito social e ao alcance de toda a população. Consequentemente a esse processo, a atividade docente também perpassa por profundas mudanças paradigmáticas. A acirrada competitividade e complexidade no mercado de trabalho obrigam os profissionais da educação superior a orientarem suas práticas docentes a partir desse novo contexto. A universidade deixa de ser um espaço glamoroso e até emblemático para assumir um papel de prestadora de serviços, cujo objetivo é preparar cidadãos qualificados para as realidades profissionais atuais.

Recebido: 19/05/2015 – Aprovado: 04/09/2015

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v22i2.5568>

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (Bolsista Capes), na linha de pesquisa Políticas Educacionais. E-mail: evandroconsalter@gmail.com

A partir dessa nova configuração do ensino superior brasileiro, perpassa pela coletânea uma abordagem, desde a estruturação curricular, das diversidades e ações afirmativas no ensino superior até os princípios norteadores da atividade docente na universidade. Coloca-se em discussão os rumos da pesquisa dentro desse novo contexto que se configura com o advento de cursos tecnológicos e de mestrandos profissionais. Considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na organização do sistema universitário brasileiro, essa nova configuração implica mudanças epistemológicas e paradigmáticas diante da pluralidade de conhecimentos que devem perpassar as atividades da universidade.

Conforme essa contextualização, a obra é dividida em três eixos temáticos, de modo a melhor organizar a dialogicidade entre os textos publicados. O primeiro eixo aborda a docência e a organização do ensino. É composto por um conjunto de seis artigos cujas temáticas buscam discutir a docência universitária no âmbito da profissionalização e expansão do ensino superior brasileiro.

Nesse eixo temático, o texto de Gionara Tauchen “Universidade: do mosaico ao *complexus*”, discute as implicações sociológicas e epistemológicas que perpassam o espaço acadêmico quanto ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na organização do sistema universitário frente às novas configurações sociais envolvendo a universidade. Essa temática também embasa o trabalho da autora em conjunto com Altair Alberto Fávero, intitulado “Docência e gestão da profissionalização da educação Superior”. De acordo com os autores, o atual contexto da educação superior condiciona o professor universitário a uma tensão entre a docência e a pesquisa. Dessa forma, compreende-se a necessidade de gestão das dimensões da docência universitária num processo contínuo e cíclico de reprofissionalização, tanto no âmbito pessoal como no institucional.

Com essa premissa de uma formação docente contínua, para melhor compreender os contextos que circundam o ensino superior brasileiro, bem como seus objetivos e demandas sociais, as autoras Daniele Simões Borges e Gionara Tauchen, discutem os “Princípios e processos organizadores da docência inovadora na universidade”. O estudo tem por intenção compreender a complexidade e dinâmica das trajetórias, das experiências e das histórias, as quais têm constituído as práticas educativas dos sujeitos pesquisadores.

Além disso, o trabalho oferece uma reflexão sobre os movimentos que levam os professores a inovar, o que esses profissionais pensam sobre a inovação e como ela se constitui no ensino superior. Pela abordagem, as autoras apontam quatro princípios de um ensino inovador: Interação e religação; Planejamento; Ação estratégica; Auto-hetero-avaliação. De acordo com o texto, a inovação origina-se a partir

da articulação desses princípios no âmbito do pensamento complexo, conforme postulado por Morin.

O primeiro eixo temático também constitui-se pelos textos “A abordagem interdisciplinar como possibilidade de mudança no currículo escolar”, “Laboratório Didático: compreensões a partir de histórias narradas por licenciados em Ciências Biológicas” e “O Instituto Federal Sul-Riograndense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL): apanhado histórico e espaços de pesquisa”.

O primeiro texto, dos autores André Martins Alvarenga, Daniel da Silva Silveira e Márcia Von Fruhauf Firme discute o paradigma da interdisciplinaridade no currículo do ensino superior como possibilidade de superar o movimento de especialização da ciência e, com isso, também a fragmentação do conhecimento nas diversas áreas de estudo e pesquisa. Entende-se que a fragmentação do conhecimento não possibilita o pleno desenvolvimento do ser humano. Dessa forma, os autores consideram que os currículos acadêmicos devem ser pensados de modo que o trabalho pedagógico possibilite a vivência e o diálogo entre as várias áreas do conhecimento.

O segundo texto é de autoria de Neuziane Chaves de Souza. O estudo analisa por meio de histórias narradas experiências formativas de graduandos em Ciências Biológicas. A autora destaca a importância do espaço laboratório didático na formação profissional dos acadêmicos e o conceitua a partir de diferentes referenciais teóricos. Conforme o exposto no estudo, compreende-se que a relação que o aluno estabelece com esse ambiente provém não apenas da qualidade do espaço e da motivação pessoal, mas também da disposição do professor em articular as experiências teóricas às experimentações práticas e vice-versa. Esse recurso pedagógico deve constituir-se como ferramenta capaz de promover a integração dos saberes teóricos e práticos, contribuindo e qualificando as experiências formativas do futuro professor de Ciências Biológicas.

O último texto do primeiro eixo, de autoria de César Costa Machado e Débora Pereira Laurino, aborda o processo de implantação do IFSUL e de seus *campi* espalhados pelo estado. Os autores tecem uma abordagem sobre o processo de criação do instituto, seus objetivos, sua estruturação, bem como de sua representatividade social. O resgate desse processo histórico reveste-se da premissa de que a historicidade dos processos educativos cumpre importante papel formativo e que, dessa forma, deve estar presente no cotidiano não apenas de alunos, mas também dos professores que conduzem esse processo.

O segundo eixo temático intitula-se Diversidade e Ações Afirmativas. Sua estrutura compreende a publicação de três artigos, os quais discutem as políticas de inclusão indígenas no ensino superior, uma abordagem legislativa das políticas de

ações afirmativas no Brasil e, também, trata da inserção da temática sexualidade nos currículos da educação superior. O texto de abertura do eixo tem como autor Obirajara Rodrigues, que com o estudo intitulado “A inclusão indígena no ensino superior” discute os mecanismos de garantia de acesso de indígenas ao ensino superior brasileiro.

O autor coloca em debate as políticas de cotas e tece seus recursos argumentativos em torno da necessidade de não apenas garantir o acesso, mas também a permanência desses grupos populacionais no ensino superior. Na dimensão da diversidade, Rodrigues apresenta a necessidade de propiciar o intercâmbio entre diferentes saberes, culturas, experiências e conhecimentos, constituindo-se em possibilidades de debates com outros referenciais e paradigmas.

Nessa mesma linha, segue o texto “Ações afirmativas na educação superior”, de Alessandra Nery Obelar da Silva e Camila Pinto das Neves. As autoras propõem uma discussão sobre as políticas públicas de acesso ao ensino superior, pautada principalmente pela Lei 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”. Conforme o estudo, as políticas públicas devem ser estabelecidas para a promoção da igualdade em todos os sentidos. Para isso, devem valorizar as diversas culturas presentes dentro da IES, sem somatizar as desigualdades e sem colocar em exame a capacidade de cada indivíduo envolvido no processo educativo. Assim, compreende-se que a educação superior deve constituir-se como espaço de iguais oportunidades para aqueles grupos menos privilegiados na universidade e na sociedade.

O segundo eixo constituinte da obra também conta com o estudo das autoras Juliana Lapa Rizza e Paula Regina Costa Ribeiro, intitulado “Sexualidade e emergência de disciplinas no ensino superior: problematizando alguns movimentos”. O estudo tem por objetivo investigar como as discussões sobre sexualidade perpassam os currículos de diferentes disciplinas de cursos de graduação das instituições de ensino superior, firmando-se como disciplinas optativas ou obrigatórias.

Dessa forma, as autoras lançam um olhar crítico sobre as condições que possibilitam a emergência da sexualidade como elemento de estudo no ensino superior, confrontando os eventos presentes com as experiências já vivenciadas ao longo da história de espaços curriculares voltados para essa discussão. Os apontamentos realizados indicam uma crescente preocupação em ampliar os espaços curriculares destinados à perspectiva de discussão da sexualidade no ensino superior.

Por último, o terceiro eixo temático tem a nomenclatura Políticas e Pós-Graduação. Esse eixo também compreende três artigos, os quais traçam diretrizes discursivas acerca dos dilemas que atingem a pesquisa em pós-graduação, em educação no Brasil, bem como a concepção dos mestrados profissionais e as ações governamentais de nível federal com foco na redução de assimetrias regionais.

O primeiro texto, intitulado “Vivendo entre Processos ou Produtos: dilemas da pesquisa na Pós-Graduação brasileira em educação”, é de autoria de Amarildo Trevisan, Catia Piccolo Devechi e Evandro Dotto. Os autores tecem uma discussão sobre o produto que se espera da Pós-Graduação brasileira, argumentando sua condicionalidade à forma como o Ministério da Educação avalia os programas, pautado principalmente pela produtividade.

Conforme o estudo, o sistema de avaliação realizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) considera em demasia a produtividade em detrimento de uma avaliação que contemple também o programa ou docente que colabora mais, desviando as metas puramente econômicas e focando na formação do sujeito, na educação superior e na sua inserção social. Para os autores, este também deve ser o desafio posto à sociedade em tempos determinados pela economia e por políticas de estado.

Compreende-se a partir do estudo, a importância da contextualização dos produtos decorrentes da pesquisa em pós-graduação em educação. Os resultados, ou mesmo produtos, não surgem espontaneamente do metafísico para o real, conforme apontado pelos próprios autores. É necessário a intervenção do sujeito, o seu processo analítico-interpretativo e reflexivo para que o resultado da pesquisa torne-se uma aproximação ao máximo da sua intencionalidade investigativa.

Em seguimento à essa discussão em que se insere a pós-graduação em educação, as organizadoras da obra oportunamente apresentam o estudo de Maria Helena Machado de Moraes, que aborda a crescente expansão dos mestrados profissionais no Brasil. O texto intitulado “Ensino superior brasileiro: discussão sobre os mestrados profissionais”, se detém a uma análise da criação, organização e características dessa nova modalidade de pós-graduação em educação. A contextualização realizada pela autora nesses diferentes aspectos, permitem uma melhor compreensão dos objetivos dos mestrados profissionais e da sua inserção dentro da pós-graduação em educação no Brasil.

Por fim, as autoras Maria de Amorim Coury e Gionara Tauchen discutem o “Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010 para a redução das assimetrias regionais”, conforme os instrumentos criados pela Capes. A partir do estudo, compreende-se a necessidade de ações públicas, coerentes, contínuas e articuladas, envolvendo as diferentes esferas governamentais e decisórias do país. Assim, acredita-se ser possível construir um futuro em que todas as regiões do Brasil sejam capazes de formar os recursos humanos de que precisam para promover a igualdade e o desenvolvimento.

Após a análise desses textos, considera-se que o conjunto de trabalhos reunidos na obra “Docência e Políticas na Educação Superior” nos fornece um arcabouço

teórico e epistemológico capaz de esclarecer diversas das facetas que permeiam a educação superior no Brasil. Compreender a epistemologia das políticas públicas e a complexidade teórica de suas aplicabilidades nos permite tecer opiniões e prospectar ações pertinentes à qualificação da modalidade de ensino contemplada com as investigações.

Como estrutura cambiante, as interfaces do ensino superior brasileiro, ao se configurarem e reconfigurarem, a cada ciclo, incorporam novos e desafiadores paradigmas a serem compreendidos e esclarecidos. A permanente investigação e inquietação acerca dos pressupostos norteadores das ações governamentais configuram-se como uma real possibilidade êxito dos profissionais da educação e das instituições como formadoras de profissionais para atender às demandas da sociedade.

Por fim, compreende-se que a socialização desses estudos pode ampliar significativamente diálogos e ações que possam auxiliar na compreensão do papel que a docência e as instituições de ensino superior assumem diante dessa nova configuração social que emerge nos últimos anos no país. A partir dessa compreensão, possibilita-se a elaboração de políticas educacionais consistentes, capazes de alcançar seus objetivos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país de modo sustentável e eficiente.

Notas

- ¹ Resenha: TAUCHEN, Gionara. BORGES, Daniele Simões (Org.). *Docência e Políticas na Educação Superior*. Curitiba, PR: CRV, 2014.